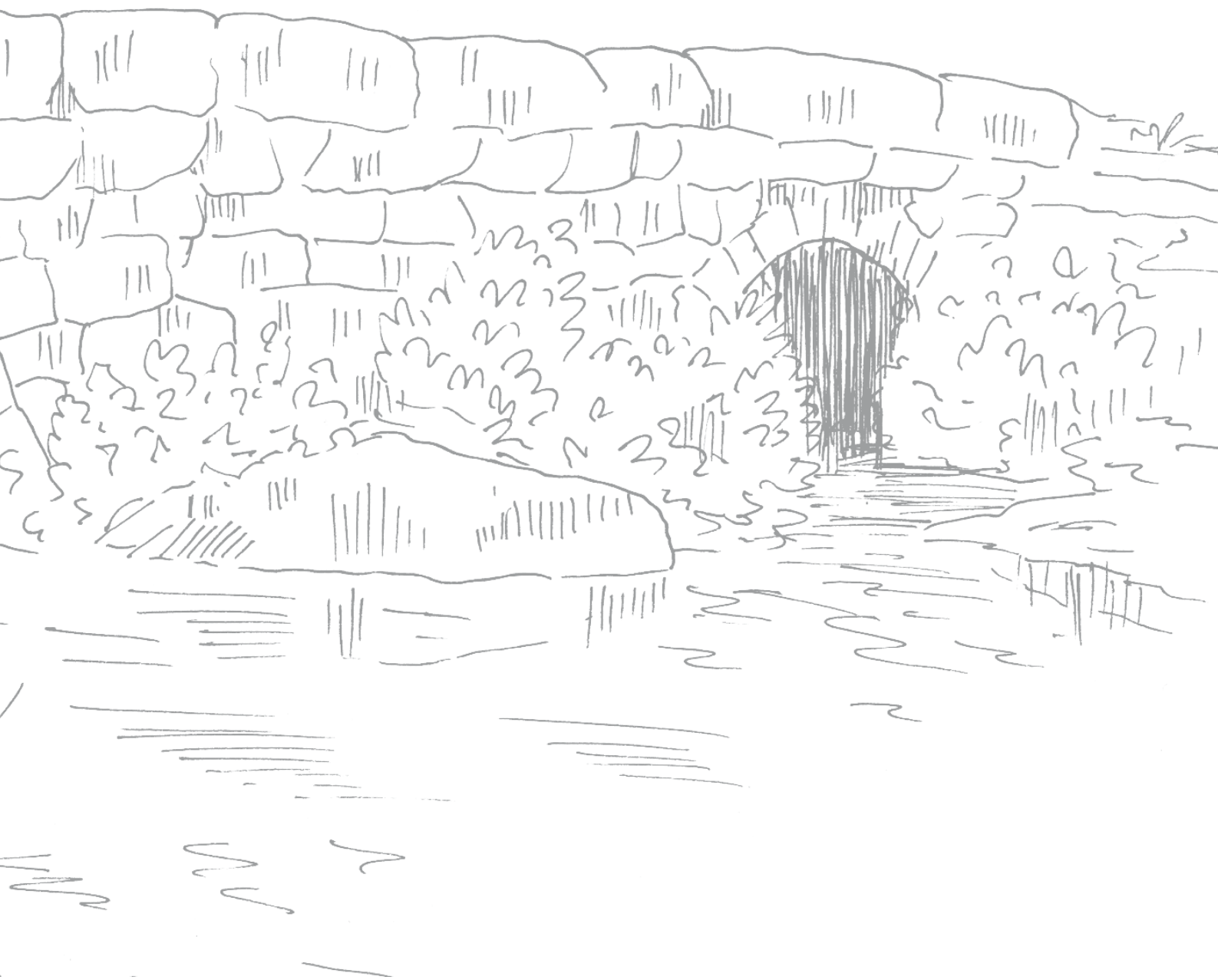


PONTE

DA PANCHORRA

RESENDE



PONTE

DA PANCHORRA

RESENDE

Não existe em Portugal um número suficiente de estudos sobre as problemáticas associadas ao património viário, nomeadamente caminhos e estradas. Embora ligada à arqueologia, a temática das vias romanas e medievais interessou à historiografia ao longo do século XX, o que se pode afirmar, com base nos trabalhos existentes, assenta em parcas fontes disponíveis e, mais frequentemente, na tradição, que sempre imputa antiguidade às infraestruturas viárias locais, sem nunca se apoiar em matéria factual. A ausência de investimento na arqueologia sistemática das estruturas de circulação, junta-se a reduzida investigação sobre o vocabulário registado nos documentos medievais e modernos. E fora dos limites cronológicos da Romanização e da Idade Média, a construção de estradas parece ter cessado ou nunca existido. Tal, como sabemos, não é verdade¹.

Relacionadas com as estradas e com a circulação estão as pontes. Também sobre estas caiu a reputação de construção antiga, popularmente atribuída a “mouros” e “romanos”. Efetivamente, as pontes (mais frequentemente as de cantaria) criaram no imaginário local a ideia de uma estrutura apenas possível graças à intervenção de uma cultura superior do passado, formada por heróis ou santos. Transposta ao papel pelos monógrafos, a atribuição de datação romana às pontes vulgarizou-se. Para tal bastava existir uma estrutura de passagem em pedra, com um ou mais arcos de volta perfeita, sem que se tivesse em consideração a sua localização no contexto viário local e regional ou, sequer, a sua referência (ou ausência) na documentação disponível.

397



Vista aérea.

¹ Assim o fez notar Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1968), autor do único trabalho de fundo sobre a circulação na Idade Média, frequentemente citado.



Vista de montante.

Contudo, nesta persistência de modelos reside, ao mesmo tempo, a falácia e a explicação para o erro tão comum de atribuir aos romanos a autoria de grande parte das pontes pétreas deste País. Esta generalização transitou depois, pela mão dos eruditos e académicos, ao românico, uma vez que este reproduz o modelo estrutural da abóbada curva como modo de sustentação que a civilização do Lácio utilizou abundantemente. A uma proliferação de pontes romanas sucederam-se, logo, pontes românicas, datação novamente descontextualizada das necessidades das comunidades que supostamente as teriam mandado edificar.

Com efeito, um dos erros mais comuns cometidos na datação de uma ponte é tomá-la como objeto isolado, sem fazer corresponder a sua construção às carências da comunidade ou da região que dela se devia servir na altura em que foi construída. Uma estrutura tão complexa como uma ponte, obra dispendiosa hoje como ontem, não podia se não significar um projeto devidamente pensado e que só poderia ser executado com recurso a um orçamento nem sempre disponível.

Numa primeira fase, que inclui a Romanização, a ponte significava um poderoso auxílio na conquista e desenvolvimento do território, revestindo-se do carácter de obra eminentemente pública e política. Subsequentemente, a Idade Média não deixou de atribuir à ponte a mesma função, mas sem se enquadrar num plano nacional. Salvo raras exceções (como a ponte do Douro, para cuja construção deixou D. Afonso Henriques importante legado), a travessia me-

dieval é fruto de conveniências institucionais ou individuais, a nível local ou regional. Só na Época Moderna o estado-nação lançará um plano de construção de pontes com fins políticos².

Mas em ambos os casos, e até muito tarde, o modelo de ponte em arco caracterizou o tópico construtivo das passagens fluviais em Portugal e na Europa.

Um dos exemplos de má interpretação e de deficiente leitura histórica do espaço e do território de que resultou uma incorreta datação é o da Ponte da Panchorra. Cremos que só muito recentemente a sua qualificação como Ponte românica tenha sido colocada, embora localmente fosse tida como ponte romana³. Cabe aqui referir que, muito embora se tenha aventado a hipótese de passar pelo cume da serra uma via romana, os dados documentais e arqueológicos disponíveis refutam esta ideia (Correia, Alves e Vaz, 1995). As principais vias romanas evitavam os declives e as zonas pantanosas: precisamente o que encontrariam para sulcar o maciço de Montemuro no sentido norte-sul ou noroeste-sudeste. Acreditamos que, a existirem, as vias romanas contornariam a serra em vez de a atravessarem, dando assim expressão às teorias que indicam três áreas de trânsito possivelmente aproveitadas pela romanização: ao longo das margens do Douro, do Paiva e o corredor natural entre os vales do Balsemão e do ribeiro de Teixeira⁴.



Vista de jusante.

2 Refere o autor supra citado: "(...) uma estrada é via imperial, essencialmente estratégica e administrativa, nos tempos romanos. Na Idade Média, ela recebe o nome de via pública e liga povoações próximas, refletindo uma economia fechada e senhorial. Na época seguinte adopta o nome de estrada real e expressa a centralização política" (Almeida, 1968: 4).

3 Na monografia de Resende, datada de 1982, ainda não se refere esta cronologia, tendo o autor conscienciosamente referido: "(...) há uma ponte rústica sobre o Cabrum, que não existia em 1758, pois o Abade das Inquirições deste ano expressamente informa, ao responder ao inquérito sobre pontes: "Não tem ponte alguma no distrito da freguesia"" (Pinto, 1982: 522).

4 Não queremos com isto dizer que existissem três estradas, mas apenas os canais de circulação, espaços que permitiram a sua existência. As vias destinadas à circulação de carros procuram aproveitar as curvas de nível, evitando as oscilações bruscas de altitude e as difíceis transposições dos leitos mais escavados. Sobre este assunto veja-se o que escrevemos em Resende (2011).

No caso da Ponte da Panchorra nada indicia que se trate de uma construção romana ou, sequer, medieval. Por várias razões, como veremos, mas acima de tudo porque a sua existência não corresponde à necessidade das comunidades existentes nessas épocas. Interessa-nos, portanto, conhecer o nascimento e evolução desta paróquia e dos seus termos.

A primeira referência a Panchorra é já de 1258, quando os inquiridores visitaram Ovadas, a cuja paróquia então pertencia. Ouviram do prelado João Garcia que a “villa” de Panchorra tinha sido, juntamente com a de Ovadas, honra de Mendo Gonçalves e nenhum foro dava ao rei (Herculano, 1936: 989). Trinta anos depois, uma outra testemunha assevera que ali existiam três casais, um da igreja de São Paio (portanto, propriedade da igreja paroquial), outro de São João de Tarouca e um terceiro do Mosteiro de Cárquere (Resende) (Duarte, 2001: 367). Não entrava mordomo régio na Panchorra, pois, alegavam os moradores, era terra honrada. Certos da condição realenga da terra, os agentes régios fazem corrigir esta irregularidade em 1290, fazendo executar a sentença de D. Dinis que determina “sejam devassos [os casais] e entre aí o mordomo do Rei por todos os seus direitos”⁵. Efetivamente, em 1513, aquando do foral dado à terra de Aregos, já se referem todos os foros pagos à Coroa.

No século XVI, a Panchorra autonomiza-se eclesiasticamente de Ovadas, mas continuava a ser uma pequena povoação. Em 1527 contava 17 moradores, isto é, entre 71 e 77 habitantes (Collaço, 1931: 145). O seu estatuto de capelania ou curato confirma a ligação a Ovadas, que permanecerá ligada a Panchorra pelo direito de padroado. É natural que muito para além da criação da nova paróquia, os atos principais da vida cristã continuassem a fazer-se no vale, na igreja de São Pelágio, núcleo primário da humanização e da cristianização⁶.



Vista parcial da aldeia de Ovadas (Resende).



Vista geral da aldeia da Panchorra (Resende) a partir da aldeia da Gralheira (Cinfães).

⁵ Sentenças relativas às Inquirições de D. Dinis no julgado de Aregos (Duarte, 2001: 397).

⁶ Em 1563 era exigido um número mínimo de 30 moradores para a existência de sacrário, número que a Panchorra não possuía (Diocese de Lamego, 1563: 43).



Calçada de acesso à Ponte.

É neste contexto que podemos supor a necessidade da construção da Ponte da Panchorra, já numa fase avançada do desenvolvimento humano e urbano desta povoação. Mas mesmo neste caso, a travessia não servia diretamente o acesso à antiga sede paroquial. Para chegar a Ovadas, um habitante da Panchorra devia tomar a direção do norte, descendo diretamente ao curso do rio Cabrum, à vista do alto de Coelhooso (1141 metros). Num determinado ponto do leito, talvez a vão ou sobre poldras, o viajante iniciaria a subida até à ermida de São Pedro, contornando o cume com o mesmo nome, lugar de onde avistaria já a igreja de Ovadas. Ora, a Ponte situa-se a oeste da Panchorra, e fazia parte de um percurso que ligava a Vale de Papas (Ramires, Cinfães), já no antigo concelho de Ferreiros de Tendais. Este caminho, ainda hoje vincado na paisagem, caracteriza-se tipologicamente pela variabilidade do seu traçado: piso irregular que alterna entre calçada, aproveitamento de maciço ou afloramento e troços em terra. Poderá esta via fazer parte do “carreirum antiquum” referido na indicação dos termos da Gralheira (Cinfães) em 1258 e a que alguns autores imputam a qualidade de via romana (Correia, Alves e Vaz, 1995: 113)?

Os limites atuais da Gralheira que, se não decalcados, são, pelo menos, herdeiros da divisão de 1258, podem lançar luz sobre a localização aproximada daquele carreiro antigo⁷. Que a sua importância e antiguidade (por muito vaga e subjetiva que seja tal qualificação) seria suficiente para despertar nos habitantes serranos de então a ideia de estrutura georreferenciadora, parece não deixar dúvidas. Porém, a expressão “carreiro” não indica local particularmente notável de trânsito. O mais certo é que constituísse um dos primeiros trilhos de travessia regional, depois substituídos pela rede mais ou menos complexa que foi acompanhando o arroteamento e a humanização da serra.

401



Vista geral da aldeia da Gralheira (Cinfães) a partir da aldeia da Panchorra (Resende).

⁷ “Martinus Menendi juratus et interrogatus dixit, quod villa e Graleyra cum totis suis terminis sicut dividit per rivulum de Cabruu per aquam, et vadi ad fontem de Teyxeura ad penedo de Cambo, et de inde venit per cume de Varzena Benefacta ad fontem de Episcopo de Ameygoadas, et vadit ad castellum de Aquilar, et ferit in cruce et per carreirum antiquum, et ferit in termino de Ovadas et in Cabrum, est tota regalenga” (Herculano, 1936: 984).

Pela demarcação atual e seguindo a descrição da testemunha de 1258, cremos que o tal carreiro se situaria a oeste da Gralheira, dado que a enumeração dos pontos georreferenciais é feita em dois sentidos, um no dos ponteiros do relógio, pela corrente do rio Cabrum, até à nascente do Teixeira, pelo penedo de Cambo, e outra no sentido inverso, aludindo aos cumes da várzea “bem-feita”⁸, a Fonte do Bispo, Ameijoadas e, finalmente, ao Castelo de Aguiar – que pode tratar-se do Castelo Alrete, sobre os limites de Bustelo, Ramires e Tendais (Cinfães)⁹. Próximo a este local, a linha de demarcação cruzava pelo tal carreiro antigo até aos limites de Ovadas já sobre o Cabrum. Naturalmente não se refere confrontação com a Panchorra por esta integrar ainda os termos de Ovadas.

Embora seja praticamente impossível estabelecer ligações diretas entre a rede viária existente em 1258 e a que uma carta topográfica contemporânea nos apresenta, parece-nos que o tal “carreirum antiquum” atravessaria os termos da Gralheira nos sentidos este-oeste, ou sudoeste-nordeste, conferindo assim uma expressão maior a percursos ainda recentemente calcorreados pelos habitantes daquela aldeia para alcançar o vale do Paiva, através da passagem das Portas de Montemuro. Não excluimos, contudo, a hipótese de se tratar de uma via primordial que expressava na orografia os vínculos temporais e espirituais que as gentes da Gralheira conservaram até bastante tarde com Ferreiros de Tendais. Como tal, o carreiro, embora antigo aos olhos dos deponentes de 1258, devia constituir um dos vários trilhos que já então sulcavam a serra, não indicando estrada ou calçada particularmente notável no contexto regional. Nem que no seu trajeto se incluísse a Panchorra.

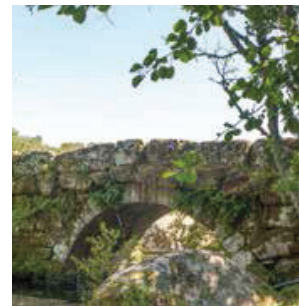
Por outro lado, não podemos ignorar que, já no século XIII, se refere o imposto de portagem, sinal de atividade comercial e trânsito. Alinhada com Vale de Papas e Talhada, Panchorra situar-se-ia no cruzamento dos canais de penetração do Cabrum e do Balsemão. É, pois, natural que, numa tentativa de controlar o trânsito desviado (e portanto não taxado) das rotas ao vale, o braço régio tenha estabelecido naquela povoação uma barreira alfandegária. Tal, porém, não é ainda suficiente para determinar a origem da sua Ponte ainda durante a Idade Média.

Efetivamente, as vias de comunicação mais importantes situavam-se a norte da Panchorra, ao longo da margem sul do Douro, ligando povoações mais importantes e servindo uma área populacionalmente mais expressiva. Nessa região aumenta o número de passagens pétreas na proporção das embocaduras que é necessário vencer. Desde o atual concelho de Cinfães e ao longo do município de Resende são várias as pontes de cantaria, herdeiras de velhas passagens medievais que a necessidade obrigou a manter, ampliar ou reconstruir. São exemplos a ponte das Pias (sobre o Bestança)¹⁰, a ponte sobre o Cabrum ou as de Fontoura, sobre o ribeiro de São Martinho – praticamente todas de raiz medieval ou reconstrução posterior.

⁸ Hoje Campo Benfeito, no concelho de Castro Daire.

⁹ António Manuel Lima aponta os Castelos Velho e Novo na freguesia de Ramires (Cinfães), próximos a Vale de Papas (Pinho e Lima, 2000: 64).

¹⁰ A ponte das Pias é uma travessia várias vezes intervencionada: por volta de 1693 foi mandada reconstruir pelo morgado de Velude, que repartia a administração do seu vasto património entre um lado e outro do Bestança. Assim o narra frei Teodoro de Melo, em 1733: “entre este [concelho de Cinfães] e o concelho de Ferreiros da mesma sorte se intromete o rio Bestouça [sic, é Bestança]; e deste se doma a sua enchente por uma formosa ponte de cantaria de próximo reedificada, por ter levado uma cheia a que no mesmo sítio das Pias se havia fabricado antes pouco mais ou menos quarenta anos, instando pela utilidade pública o Morgado de Veludo Manuel Carneiro de Melo, e sendo provedor de Lamego Gaspar Leite Cabral tio de sua mulher. A montante existe um interessante exemplo de pastiche medieval: a ponte da Covelas” (Duarte, 2004: 309). Embora não disponhamos de documentação escrita sobre a sua fundação ou fábrica, um medalhão barroco apostado ao centro da ponte, entre as guardas e virado ao caminho, recorda o dotador da obra e a data da sua execução: 1762. Foi durante anos considerada romana ou românica por memorialistas locais.



Vista de jusante. Pormenor.





Dado que os termos comunais da Panchorra alastram muito além da Ponte, confinando a oeste com Ramires e Vale de Papas (o antigo município de Ferreiros de Tendais, hoje Cinfães), não se pode imputar à travessia o local de cobrança que devia ser feito na própria aldeia. Contudo, talvez nesta demarcação possamos compreender a necessidade do investimento nesta travessia: providenciar o acesso seguro ao termo agrícola da povoação que se estende para lá do agitado curso do rio Cabrum.

Herdeira de modelos antigos aplicados a uma modernidade que não irá além do século XVII, a Ponte da Panchorra, de duplo arco de volta perfeita (um, maior, levantado sobre o curso, e um menor, ainda em leito de cheia) contradiz a fórmula frequente de cavalete que caracteriza algumas pontes medievais erguidas em lugares onde o vale é mais apertado. Aliás, a escolha do local evidencia mais a preocupação com o acesso imediato ao termo comunal do que com a construção de uma estrutura monumental, não obstante a sua dimensão, derivada do aproveitamento do afloramento granítico no leito do rio – o que permitiu prolongar a estrutura com o acrescento de um arco menor lançado à margem direita. Esta assimetria, juntamente com a pouca qualidade do talhe da cantaria utilizada, revela, por um lado, a linguagem vernacular dos seus autores, e, por outro, o pragmatismo dos seus mentores, constituindo certamente obra comunal ou municipal, ao contrário, por exemplo, do investimento particular da ponte da Lagariça, também sobre o Cabrum, mas a jusante. O que salta à vista na Ponte da Panchorra é o prolongamento da calçada, constituída por lajes graníticas de grandes dimensões, sobre a Ponte, ladeada por respeitáveis guardas, de trabalho rude, destinadas a resistir aos fortes rodados e carga dos carros puxados por bois.

405



Aduelas.



Calçada de acesso à Ponte.



Tabuleiro e guardas.

O rio ou ribeiro Cabrum, como é frequentemente designado, nasce na Casa das Neves, junto à Gralheira, e desagua no Douro, no sítio de Lampreeira, hoje submerso devido à albufeira criada pela represa de Carrapatelo. Os párocos de 1758 dão-nos algumas informações sobre a sua corrente, fauna piscícola, pesqueiras e, claro, sobre as travessias.

Os párocos que apontaram o Cabrum como o “rio da terra” foram os das freguesias de São Cipriano (Sequeira, 1758), Ovadas (Bernardes, 1758), Panchorra e Gralheira (Rodrigues, 1758). Da pena dos memorialistas de Ermida do Douro (Lima, 1758), Oliveira, Ferreiros de Tendais e Ramires ficaram elementos esparsos por ser um dos vários cursos de água que suscitaram descrições. Parece, todavia, consensual entre todos que o rio Cabrum tinha entre 1,5 e 2 léguas de extensão, corria de sul para norte, era arrebatado, arrebatadíssimo ou caudaloso e que tal corrente possibilitava a alimentação de várias rodas de moinho. O pároco de São Cipriano aponta 25 no circuito da sua freguesia¹¹, o de Ovadas seis e os da Gralheira e Oliveira do Douro (Teixeira, 1758) apenas se referem a “muitos moinhos”.

Quanto à fauna piscícola criavam-se nele trutas, escalos ou bordalos e eirós, havendo pescarias de verão, sem qualquer entrave de açudes ou represas.

No tocante às pontes, a indicação das travessias é mais ou menos completa segundo o inte-

¹¹ Existia também no lugar de Matos um moinho de azeite, movido pela força de bois (Sequeira, 1758).

resse ou conhecimento da geografia do vale: alguns apontam somente as que se encontravam no compasso da sua freguesia, outros indicaram todas as passagens sobre o Cabrum. Neste aspeto apenas encontrámos uma contradição ou, se quisermos, uma estranha menção no caso da Ponte da Panchorra.

Ao total contabilizámos seis travessias referidas nas *Memórias Paroquiais de 1758*: cinco pontes de cantaria ou pedra e uma em madeira. As de cantaria/pedra situavam-se (de montante para jusante) na Gralheira, na Panchorra, em Ovadas (Covelinhas), na Lagariça e na Ponte Nova; a de pau ou madeira servia a freguesia de Ovadas¹². O que surpreende é a unanimidade de todos os párocos quanto às três pontes de cantaria (Ponte Nova, Lagariça e Covelinhas) e que apenas o pároco da Gralheira refira a da Panchorra, considerando-a de cantaria. Mais nenhum memorialista, nem mesmo o cura da Panchorra, refere esta travessia. Estaria em construção?

É interessante analisarmos a terminologia que nos fornece alguns dados sobre a importância das travessias e o investimento consoante a sua necessidade: pedra e cantaria. Junto ao Douro encontra-se a “Ponte Nova”, velha passagem medieval entre as terras de Ferreiros de Tendais e Aregos, ainda hoje em parte decalcada pela estrada nacional 222. A montante, a ponte da Lagariça, que bem podia assentar sobre uma preexistência medieval, assinala a intervenção do poder regional na modelação do território: foi mandada construir, em 1728, pelo provedor da Comarca de Lamego¹³. Um pouco mais acima, a ponte de Covelinhas providencia, talvez desde o raio da Época Moderna, a ligação com a freguesia de Ovadas. São todas em cantaria e revelam investimentos diversos, mas consideráveis, dado constituírem importantes elementos de transposição.

No curso inicial do rio situavam-se as travessias da Panchorra e Gralheira. Embora o cura da Gralheira designe a primeira por ponte de cantaria, dificilmente a poderemos enquadrar no conjunto acima referido, obra de artífices mais experientes. A norte (jusante), o Cabrum exigia passagens de um só arco e tabuleiro em cavalete para vencer a travessia entre margens escarpadas.

Não obstante a cronologia excêntrica à medievalidade, a Ponte da Panchorra constitui um extraordinário e felizmente conservado exemplo de engenharia vernacular que, juntamente com as tipologias de caminhos e estradas, constituem um património em risco, dada a sua cada vez mais frequente destruição ou substituição por vias modernas. [NR]

¹² Ligando-a, eventualmente, a Ramires, no troço entre as pontes da Lagariça e de Covelinhas.

¹³ O contrato para a sua fábrica foi assinado a 14 de junho de 1728, em Lamego, entre o provedor de Lamego e os mestres pedreiros Francisco Cardoso, de Nazes (Lamego), e Timóteo Calheiros, de São Pantaleão de Cornes (Vila Nova de Cerveira) (Alves, 2001: 150).

CRONOLOGIA

1258: primeira referência a Panchorra;

1288: documenta-se a existência de três casais na Panchorra;

1513: o foral da terra de Aregos já refere todos os foros pagos à coroa;

1527: a Panchorra contava apenas 17 moradores, ou seja, entre 71 e 77 habitantes;

1758: de todos os párocos das freguesias do vale do Cabrum apenas o da Gralheira refere a Ponte (de cantaria) da Panchorra;

2010: a Ponte da Panchorra passa a integrar a Rota do Românico;

2013: a Ponte da Panchorra é classificada como Imóvel de Interesse Público.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Vias medievais entre Douro e Minho*. Porto: Faculdade de Letras, 1968.
- ALVES, Alexandre – *Artistas e artífices nas dioceses de Lamego e Viseu: I*. Viseu: Governo Civil, 2001.
- BERNARDES, Jacinto de Sousa – [Memória Paroquial de] Ovadas [Manuscrito]. 1758. Acessível em ANTT, Lisboa. PT/TT/MPRQ/26/43.
- COLLAÇO, João Tello de Magalhães – *Cadastro da população do reino: 1527: actas das comarcas damtre Tejo e Odiana e da Beira*. Lisboa: [edição do autor], 1931.
- CORREIA, Alberto; ALVES, Alexandre; VAZ, João Inês – *Castro Daire*. Viseu: Câmara Municipal de Castro Daire, 1995.
- DIOCESE DE LAMEGO – *Constituições synodaes do bispado de Lamego*. Coimbra: Joam de Barreyra, 1563.
- DUARTE, Joaquim Correia – *Resende na Idade Média: notas e documentos*. Resende: Câmara Municipal de Resende, 2001.
- _____ – *Resende no século XVIII*. Resende: Câmara Municipal de Resende, 2004.
- HERCULANO, Alexandre, dir. – *Portugalliae monumenta historica: o saeculo octavo post christum usque ad quintumdecimum: inquisitiones*. Lisboa: Tipografia Nacional, 1936.
- LIMA, Luís Leite de – [Memória Paroquial de] Ermida do Douro [Manuscrito]. 1758. Acessível em ANTT, Lisboa. PT/TT/MPRQ/13/71.
- PINHO, Luís; LIMA, António Manuel – Antes de Cinfães: da Pré-História à Idade Média. In VENTURA, Jorge – *Monografia de Cinfães*. Cinfães: Câmara Municipal de Cinfães, 2000. Vol. 2.
- PINTO, Joaquim Caetano – *Resende: monografia do seu concelho*. Braga: [edição de autor], 1982.
- RESENDE, Nuno – *Fervor & devoção: património, culto e espiritualidade nas ermidas de Montemuro: séculos XVI a XVIII*. Porto: Universidade do Porto, 2011.
- RODRIGUES, Manuel – [Memória Paroquial da] Gralheira [Manuscrito]. 1758. Acessível em ANTT, Lisboa. PT/TT/MPRQ/17/100.
- SEQUEIRA, José Pinto de – [Memória Paroquial de] São Cipriano [Manuscrito]. 1758. Acessível em ANTT, Lisboa. PT/TT/MPRQ/12/489.
- TEIXEIRA, Baltazar Manuel de Carvalho Pinto – [Memória Paroquial de] Oliveira do Douro [Manuscrito]. 1758. Acessível em ANTT, Lisboa. PT/TT/MPRQ/26/20.